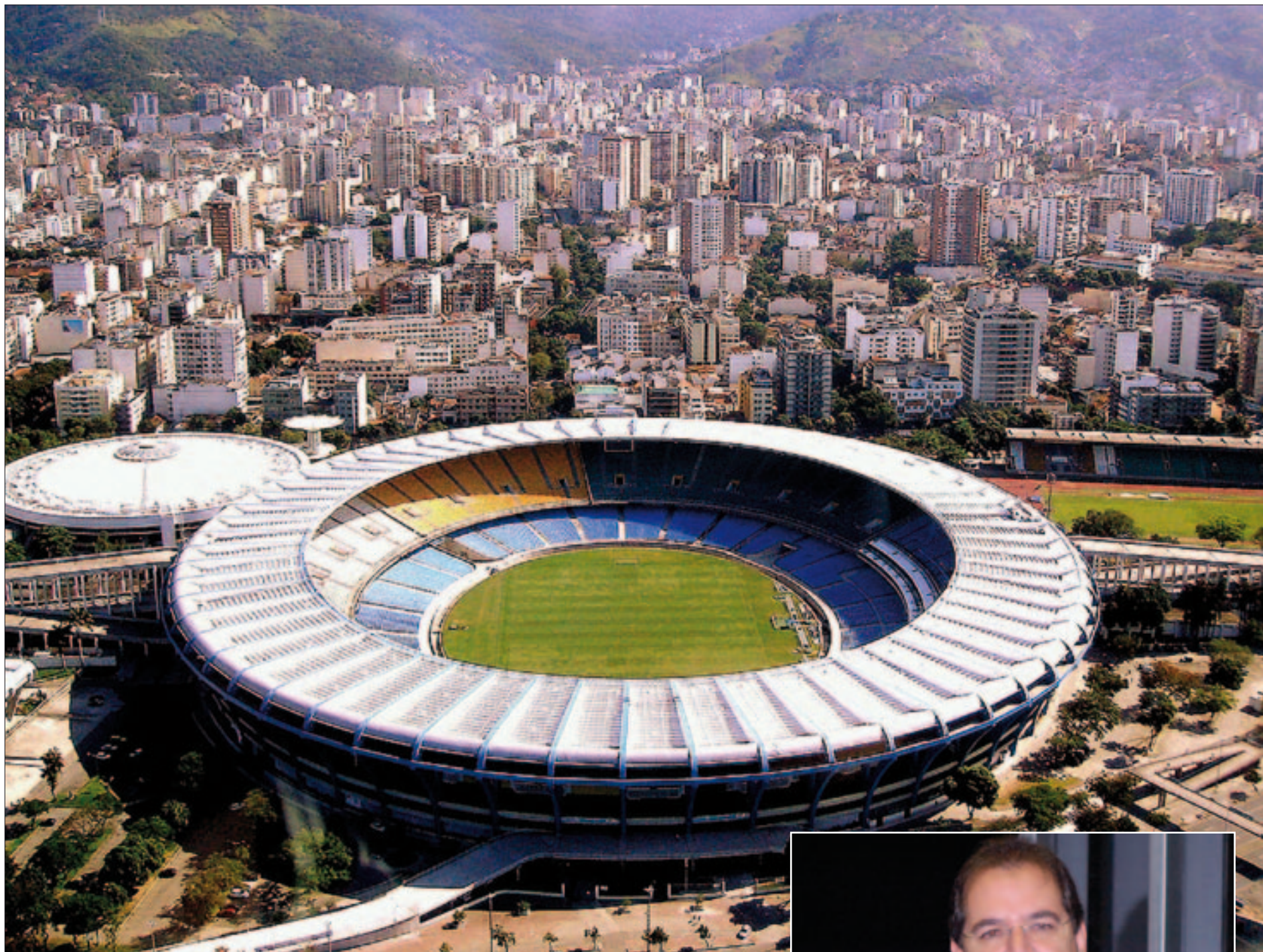


Congresso aprova LDO com aumento real do mínimo

Texto diz que Orçamento deve prever reajuste do salário mínimo com ganho real sobre a inflação deste ano. Foi também acolhida destinação de R\$ 554 milhões em créditos especiais para Copa do Mundo e Olimpíadas



Arthur Bopp/Contrasto

Vista aérea do Maracanã: Congresso vota recursos para Copa e texto da LDO, relatado por Tião Viana (ao lado)

O Congresso aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 sem estabelecer regra final de cálculo para o salário mínimo; definiu apenas que a proposta do Orçamento deve assegurar recursos para reajuste com ganho real sobre a inflação deste ano. O substitutivo ao projeto também restaurou a prerrogativa

do Congresso de paralisar obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Os parlamentares aprovaram ainda a destinação de R\$ 554,4 milhões em créditos especiais para a preparação e organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Os recursos serão destinados ao Ministério do Esporte. 3



J. Freitas

Novo esforço concentrado será em agosto 2

Congresso promulga duas PECs na terça-feira

Uma das propostas facilita a obtenção do divórcio e a outra prevê criação de políticas públicas para a juventude. 2

Cristovam cobra debate profundo sobre educação

Para senador, resultado de 4,6 do Ideb é uma demonstração de que a educação brasileira está reprovada. 4

Romeu Tuma elogia plano de combate ao crack

Senador saúda destinação de R\$ 410 milhões para programa antidrogas, mas adverte: escolas devem fazer sua parte. 4

Uma proposta elimina prazo de um ou dois anos para a realização de divórcio; a outra garante aos jovens destaque na Constituição. Ambas foram aprovadas na quarta-feira

PECs do Divórcio e da Juventude serão promulgadas na terça-feira

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou sessão do Congresso Nacional para a terça-feira, às 12h, para a promulgação de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) aprovadas pelos senadores.

As PECs 28/09 e 42/08 foram aprovadas na quarta-feira, graças a acordo de líderes, que decidiram suprimir os prazos de discussão. A primeira, chamada PEC do Divórcio, facilita a dissolução do casamento civil, suprimindo o requisito de separação judicial prévia por mais de um ano ou de separação de fato por mais de dois anos. Já a segunda, conhecida como PEC da Juventude, abre espaço para a criação de políticas públicas destinadas a esse segmento.

No esforço concentrado desta semana, os senadores também

votaram outras propostas, que vão à análise da Câmara dos Deputados: a PEC 17/08, que prorroga até 2033 os benefícios fiscais do Polo Industrial de Manaus; a PEC 51/03, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados como patrimônio nacional; a PEC 89/03, que dá fim à aposentadoria como forma de punição aos juizes que praticaram faltas graves; e a PEC 14/08, que torna permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Ficou para o próximo esforço concentrado, em agosto, a conclusão da análise da PEC 64/07, que estende a licença-maternidade, obrigatoriamente, de 120 para 180 dias, além da PEC 17/10, que incorpora ao quadro da União servidores do Amapá e de Roraima.

Medida administrativa garante campus da Unilab na Bahia

Após a aprovação do projeto (PLC 63/10) que determina a criação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), na quarta-feira, César Borges (PR-BA) manifestou sua contrariedade com a rejeição de mudança sugerida por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), determinando a instalação de um campus avançado na Bahia. O projeto prevê apenas que o campus da Unilab será implantado em Redenção (CE). Segundo César Borges, havia um acordo de líderes, aceito pela Presidência da República, para a aprovação da mudança.

– A Bahia é o estado que essencialmente tem uma população de origem afro – afirmou.

O líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) assegurou que

o governo tem um compromisso de fazer um campus avançado na Bahia. A emenda era desnecessária, já que a instalação de tal campus é uma decisão administrativa, no âmbito do Ministério da Educação, e já tinha sido tomada.

– Quero aqui garantir, em nome do governo, aos senadores da Bahia, que a Bahia terá um campus avançado da Unilab.

Já o presidente do Senado, José Sarney, considerou “um absurdo” que se crie uma universidade de lusofonia integral afro-brasileira fora do Maranhão. Foi lá, disse, que os presidentes dos países de língua portuguesa decidiram criar o Instituto da Língua Portuguesa, embrião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) hoje existente.

Criar uma universidade de lusofonia integral fora do Maranhão é “um absurdo”, diz José Sarney



Arthur Virgílio (E), secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e presidente Sarney: sessões duas vezes por mês

Agenda especial durante período eleitoral

Durante o período eleitoral, o Senado fará sessões plenárias duas vezes por mês. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que um acordo para realização de esforços concentrados foi feito com a Câmara dos Deputados. Essa é a solução encontrada para manter as votações do Congresso durante a campanha eleitoral, que durará três meses.

As datas das sessões ainda estão sendo agendadas. A primeira deve ser realizada na primeira quinzena de agosto, após o recesso parlamentar, previsto constitucionalmente para ocorrer entre 18 e 31 de julho.

Sarney comemorou o bom resultado da sessão deliberativa da última quarta-feira, quando os parlamentares aprovaram a criação da nova estatal Pré-Sal Petróleo S.A.

O Senado vai realizar sessão especial nesta segunda-feira, às 11h, para homenagear a Igreja Memorial Batista pelo seu jubileu de ouro. O requerimento para a sessão é do senador Marconi Perillo (PSDB-GO). A igreja faz parte da Convenção Batista do Distrito Federal e da Convenção Batista Brasileira. Criada em 22 de julho de 1960, a igreja nasceu e cresceu com Brasília. O trabalho para a fundação da igreja foi iniciado em janeiro de 1957, pelo norte-americano James Everett Musgrave Jr. e por Waldemar Magalhães, ambos vindos de Goiânia para Brasília. O templo foi inaugurado em 15 de dezembro de 1962.

Virgílio sugere matérias para próximo esforço concentrado

A proposta de emenda à Constituição que assegura estabilidade funcional a cerca de 2 mil servidores do Serpro (PEC 6/04) é uma das matérias que o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) quer incluir na pauta de votações do próximo esforço concentrado do Senado. A iniciativa beneficia apenas os empregados da instituição que, na data da promulgação da Carta de 1988, estavam cedidos à Secretaria da Receita Federal e já tinham cinco anos de exercício contínuo na administração pública.

Outra proposição que Virgílio considera prioridade é o projeto de decreto legislativo (PDS 399/10) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que susta o Decreto 3.690/00, que aprovou o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica. Essa norma teria provocado a demissão de cerca de 20 mil aprovados em concurso promovido por aquela força armada.

– O concurso prometia uma carreira que poderia levar ao oficialato. Muitas pessoas se

dedicaram e quem foi aprovado imaginou que estivesse com a vida acertada. De repente foram dispensados, como se recrutas fossem – disse o senador.

Zona Franca

Virgílio agradeceu mais uma vez o apoio de todos os senadores à aprovação pelo Plenário, na noite de quarta-feira, da proposta (PEC 17/08) de sua iniciativa que amplia até 2033 o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Ele observou que a prorrogação é fundamental não apenas para a segurança nacional e para o desenvolvimento da região, mas também para o meio ambiente. Virgílio acrescentou que a região Norte, sobretudo o Amazonas, precisa estudar novas alternativas econômicas.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que gostaria de agradecer pela oportunidade de ter contribuído com o Amazonas, ao votar pela aprovação da proposta.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão de hoje não prevê votações

9h A sessão, de caráter não deliberativo, não prevê votações, mas avisos das lideranças e debates entre os senadores. Entre os inscritos, Serys Silhessarenko (PT-MT) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Heráclito Fortes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Parlamentares aprovam recursos para Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016

O Congresso Nacional aprovou ontem a destinação de R\$ 554,4 milhões em créditos especiais para a preparação e organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Os recursos serão destinados ao Ministério do Esporte para custear ações diversas. A maior parte (R\$ 349 milhões) será usada na implantação da infraestrutura para os Jogos Olímpicos, que ainda contarão com R\$ 130 milhões para a preparação e a organização do evento.

Estão previstos R\$ 48 milhões para gestão e administração da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público criado para coordenar a participação da União, do estado e do município do Rio de Janeiro na

preparação e realização das Olimpíadas.

Para a coordenação do processo de preparação do país visando à realização da Copa de 2014, no que se refere às despesas decorrentes do cumprimento das responsabilidades assumidas pelo governo federal, foram aprovados R\$ 17,4 milhões.

O Congresso também aprovou ontem proposta que amplia a estimativa da receita e da despesa da União em 2010, para preenchimento de mais 6.599 cargos em vários órgãos públicos. Para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram aprovados créditos suplementares de R\$ 285,7 milhões, destinados a criação e provimento de cargos e funções e a remuneração de pessoal.



Em Joanesburgo, Lula (C) e o ministro Orlando Silva (E) participam do ato de lançamento da logomarca da Copa no Brasil

Ricardo Stuckert/Presidência da República

Licitações serão flexibilizadas para o Mundial

O deputado federal Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo no Congresso, afirmou ontem que algumas das licitações destinadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 – ambas no Brasil – serão flexibilizadas para que haja agilidade na execução das respectivas obras. Tal flexibilização já está prevista no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, aprovado ontem pelo Congresso Nacional.

Entre as alterações que o deputado mencionou, estão a redução das exigências para licença ambiental, a desapropriação de imóveis e a possibilidade de contratar empresas em regime emergencial (“quando houver problemas em uma licitação”).

Questionado sobre a possibilidade de irregularidades decorrentes da flexibilização, Gilmar Machado respondeu que “haverá fiscalização e controle e o TCU [Tribunal de Contas da União] continuará a exercer o seu acompanhamento”. Ele ressaltou que os aeroportos estão entre as principais obras que exigem rapidez.

Ao defender esse “tratamento diferenciado”, o deputado citou a cidade do Rio de Janeiro, que será a sede das Olimpíadas de 2016 e também de alguns jogos da Copa de 2014. Ele disse que, nesse caso, “não há condições para esperar, por exemplo, até dois anos pela licença ambiental do Ibama”.

No que se refere à desapropriação de imóveis, o deputado Gilmar Machado utilizou argumento semelhante: ele afirmou que, “infelizmente, isso terá de ser feito, porque não se pode esperar por julgamentos que demorem de um a três anos, já que isso atrasaria as obras”.

LDO adota regra para mínimo sem definição rígida sobre cálculo do valor

Decisão de determinar apenas que o reajuste representará um ganho real em relação a 2010 e será estendido às aposentadorias e pensões do regime geral da Previdência Social foi tomada em acordo com as centrais sindicais

SEM DEFINIR REGRA final de cálculo para o salário mínimo, o Congresso aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. Dispositivo incluído no texto no dia anterior definiu apenas que o projeto do Orçamento do ano que vem, que deve chegar ao Congresso até 31 de agosto, deve assegurar

recursos para cobrir despesas condicionadas ao salário mínimo levando em conta que seu valor, a partir de 1º de janeiro, terá um reajuste com ganho real sobre a inflação desse ano.

Essa regra foi negociada entre o relator da LDO, senador Tião



Tião Viana e os deputados Waldemir Moka e Gilmar Machado

Viana (PT-AC), e as centrais sindicais. O dispositivo também estabelece que a política de ganho real do mínimo se estenderá às aposentadorias e pensões do regime geral da Previdência Social. Anteriormente, Tião Viana havia sugerido regra de correção que

seria equivalente à média do crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2008 e 2009, mais a projeção da inflação deste ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Se prevalecesse essa fórmula, o mínimo sairia dos atuais R\$ 510 para aproximadamente

R\$ 550 em janeiro de 2011, com ganho de 2,5%.

No dia anterior, Tião Viana havia comentado que pesou na decisão de mudar a regra a compreensão dos parlamentares de que o valor do novo mínimo deve ser decidido pelo futuro

presidente. Portanto, para as centrais sindicais, o caminho será abrir negociações com o candidato eleito em outubro. No entanto, o ato legal que estipulará o novo valor, em dezembro, ainda terá de ser assinado pelo presidente Lula, já que o sucessor só assume em 1º de janeiro.

O relator avaliou que, para as centrais sindicais, o acordo abre caminho para a negociação de um reajuste mais vantajoso.

– As centrais apostaram nesse entendimento, tendo invocado ainda o acordo para que o princípio do ganho real seja aplicado aos aposentados pelo regime geral da Previdência. Entenderam que, assim, haveria vantagem na comparação com o que foi apresentado pela relatoria.

Congresso e TCU terão última palavra sobre obras irregulares

O substitutivo ao projeto da LDO aprovado ontem restaurou a prerrogativa do Congresso de paralisar obras e serviços com indícios de irregularidades graves. A redação proposta pelo relator, Tião Viana (PT-AC), inclui uma modificação: além das informações tradicionalmente encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os parlamentares devem também considerar as que serão enviadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução dos projetos.

– O Congresso disse não ao item que transferia basicamente ao Executivo o controle sobre as chamadas obras irregulares. O TCU e Congresso darão a última palavra quando o assunto for obra irregular – afirmou Tião Viana.

Pelo projeto original, a decisão legislativa seria engessada por medidas atribuídas aos próprios gestores dos empreendimentos, após o TCU apontar indícios de irregularidades. A paralisação

seria ainda condicionada ao resultado da avaliação, a cargo dos gestores, do impacto social, econômico e ambiental da medida, assim como dos possíveis riscos à população e dos custos associados à desativação e posterior retomada dos serviços.

Superávit

O projeto estabelece em termos nominais a meta de superávit – indicativo de economia para o pagamento dos juros da dívida pública. O texto indica uma meta de R\$ 125,5 bilhões para o setor público consolidado, que inclui o governo federal (inclusive Banco Central), governos estaduais e municipais e as estatais. Nos últimos anos, a meta vinha sendo estabelecida como percentual do produto interno bruto (PIB). Tião Viana observou que, se transformada em valor percentual, tomando como base a projeção para o PIB, a meta corresponderá a 3,3%, a mesma referência dos últimos anos.

Outros destaques do texto aprovado

Obras do PAC

O projeto da LDO encaminhado pelo governo veio com a indicação de que, para o Orçamento de 2011, as prioridades de investimento corresponderiam às ações do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). No entanto, o Ministério do Planejamento não incluiu de início a lista das obras e serviços na proposta da LDO, só adotando essa medida depois de ser cobrado por parlamentares da base do governo e da oposição. O relator da LDO, Tião Viana (PT-AC), manteve o PAC entre as prioridades. Mas também fez a composição do anexo de metas específico, previsto no texto constitucional, com sugestões dos parlamentares, por meio de emendas individuais, de bancada e comissões das duas Casas do Congresso.

Execução provisória

No caso de o projeto do Orçamento 2011 permanecer sem aprovação após o fim deste ano, o próximo governo ficará autorizado a executar as despesas, no limite de um duodécimo do total previsto para cada ação multiplicado pelo número de meses decorridos até

a sanção da lei. Alteração proposta por Tião Viana garante que a despesa poderá ser feita independentemente de ser gasto novo ou não, sem ficar restrita a itens obrigatórios (como salários). Entram ainda as despesas correntes de caráter inadiável. Por exigência da oposição, no entanto, os investimentos ficaram de fora da regra de execução provisória, inclusive os do PAC.

Fora de contingenciamento

O substitutivo aprovado amplia o grupo de despesas que, pelo projeto do governo, devem ficar protegidas de medidas de contingenciamento (bloqueio das dotações previstas). A lista inclui as despesas previstas para as seguintes finalidades e áreas: Superintendência do Polo Industrial de Manaus; segurança da sanidade agropecuária; alimentação de pessoas das Forças Armadas e as que dizem respeito à participação do país em missões de paz no exterior; prevenção do consumo do uso de crack e tratamento aos usuários; programa de proteção e combate à violência contra as mulheres; Fundo de Mudanças Climáticas; e Fundo Nacional de Cultura.



Inclusão em lista de candidatos sem ficha limpa é indevida, diz senador

Heráclito defende registro de sua candidatura

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou "indevida e espalhafatosa" a inclusão, pela imprensa, de seu nome entre os candidatos que não têm ficha limpa e não poderiam registrar suas candidaturas. Ontem, em Plenário, ele explicou o caso e a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes para garantir seu registro.

Heráclito contou que há 21 anos um vereador de Teresina entrou com uma ação popular contra ele, então prefeito da capital piauiense, pelo uso do slogan "Unidos seremos mais fortes" em placas de obras e propaganda da prefeitura. Notificado, Heráclito disse que mandou imediatamente suspender o uso do slogan, mas a ação popular prosseguiu e até hoje não teve uma solução.

Mozarildo desiste de disputar governo estadual

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem que desistiu de se candidatar para governador nas próximas eleições e que irá apoiar o deputado Neudo Campos (PP) na disputa pelo cargo. Mantida sua candidatura, a eleição poderia ir para o segundo turno. E, nesse caso, segundo ele, o atual governador de Roraima, Anchieta Júnior (PSDB), iria usar "todo o peso da máquina pública" para tentar derrotar Neudo Campos.

Para o senador, o ex-governador Neudo Campos, que lidera as pesquisas eleitorais, tem condições de ganhar as eleições no primeiro turno. Mozarildo agradeceu a todos que o incentivaram a se candidatar e disse que continuará "lutando por Roraima" como senador até janeiro de 2015.



Senador vai apoiar o ex-governador de Roraima Neudo Campos no pleito

"Eu não vejo o presidente da República convocar ministros para saber por que ficamos em 85º lugar na educação, quando saiu esse resultado", observa senador

Educação brasileira foi reprovada, diz Cristovam

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) afirmou ontem que o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – cuja nota ficou em 4,6 – é uma demonstração de que a educação brasileira está reprovada.

– Eu não vejo o presidente da República convocar ministros para saber por que ficamos em 85º [em ranking da Unesco] na educação, quando saiu esse resultado. Nós não fomos reprovados em futebol, apenas não ficamos entre os primeiros. Mas nós fomos reprovados na educação, e temos que ter uma proposta para sair disso. Eu gostaria de ver este Senado, nos próximos anos, debatendo como o Brasil poderá reverter esse quadro – conclamou.

O Ministério da Educação (MEC) divulgou no dia 1º o Ideb de 2009. São dados que medem o aprendizado e a taxa de aprovação de mais de 2,6 milhões de estudantes de todo o país no ensino fundamental e no ensino médio.

Como solução para o problema, o senador propõe que o Brasil adote a federalização do ensino fundamental e da carrei-



Cristovam Buarque cobra do Senado debate sobre modelo de educação

ra dos professores, porém com a descentralização da gestão e do projeto pedagógico.

Situação grave

Cristovam disse que o quadro na educação pode ser ainda "mais grave", apontando para uma nota de 3,5, se for levado em conta o número de alunos que abandonam a escola.

O senador comparou a situação brasileira com a europeia. Segundo ele, foi o alto investimento em educação que propiciou, aos europeus,

a atual situação de desenvolvimento, baseado em tecnologia do conhecimento. Para ele, o Brasil, diferentemente, tem uma economia industrial básica, mecânica e agrícola.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou que seu estado tenha recebido a pior nota no ensino médio, em contraste com Teresina, que teve o melhor desempenho do Nordeste. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a praxe de se considerar o professor "sacerdote" para justificar baixos salários.

Jayne Campos ressalta qualidade da educação em Cuiabá

Jayne Campos (DEM-MT) chamou atenção para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado pelo Ministério da Educação na segunda-feira passada, assinalando que Cuiabá saltou da 14ª para a 7ª posição no ranking nacional nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª), entre 2005 e 2009.

O "resultado extraordinário" foi alcançado com o desenvolvimento da capacitação profissional, a recomposição do salário dos professores e a

luta contra a evasão escolar. O aprimoramento nas técnicas de aprendizagem de matemática e português também tiveram um papel importante, disse.

Para ele, os números atestam o comprometimento das autoridades municipais com o setor educacional. A meta é colocar a capital mato-grossense entre as cinco melhores do país nessa faixa de ensino até 2013.

– Uma nação que investe em educação amplia capital humano e alarga as portas para o futuro – afirmou, completando



Resultados mostram compromisso das autoridades locais, diz senador

que "o Brasil só se tornará nação rica quando todos tiverem oportunidades iguais".

46 assentados se formam em Agronomia, comemora Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comemorou em Plenário a diplomação, no curso de Agronomia da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), de 46 ex-integrantes de movimentos de trabalhadores rurais sem terra, agora assentados pelo governo.

A cerimônia de entrega dos diplomas ocorreu no último sábado, na cidade de Cáceres (MT). O curso de Agronomia para os assentados, explicou a senadora, foi viabilizado graças a um convênio firmado entre a Unemat e o governo federal, por meio do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera).

Serys elogiou o Pronera pelas diversas habilitações disponibilizadas para assentados,

como cursos técnicos profissionalizantes de nível médio de administração de cooperativa, em saúde comunitária e em comunicação. Estão igualmente no rol do programa cursos em nível superior de Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Agronomia e Medicina Veterinária.



Senadora lamenta falta de agilidade da Justiça

Serys Slhessarenko também comentou o desaparecimento da jovem Eliza Samudio, que teria sido sequestrada e morta a mando do goleiro do Flamengo Bruno Souza, conforme noticiário dos últimos dias.

A senadora lembrou discurso que fez em março deste ano criticando declarações de Bruno, que considerou ofensivas às mulheres. Ela lamentou que a Justiça não tenha sido mais ágil no caso, pedindo a prisão do jogador no início de junho, quando se teve notícia do desaparecimento da jovem.

Serys destaca vários cursos em convênio entre a Unemat e o Pronera



Romeu Tuma destaca programa de R\$ 410 milhões de combate a drogas

Tuma: escolas têm de ajudar a prevenir o crack

Por causa das drogas, a escola deixou de ser um local seguro para a juventude. Ao fazer essa constatação, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou o governo federal por destinar R\$ 410 milhões para o Plano de Enfrentamento do Crack e de Outras Drogas. Por outro lado, advertiu que a aplicação do dinheiro não será suficiente para resolver o problema se a escola não cumprir sua parte.

– A escola tem instrumentos para combater a violência, mas depende de bom senso e preparo dos professores e dos profissionais envolvidos na rotina educacional – opinou.

Por meio do esporte, sugeriu o senador, a escola poderá despertar o espírito da boa competição, motivando os alunos à disciplina e à cooperação.

Suplicy destaca congresso sobre renda básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou em Plenário o 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, realizado em São Paulo, que reuniu especialistas para tratar de programas de distribuição de renda e justiça social. O senador disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu os 15 dirigentes da Basic Income Earth Network (Bien), que organizou o evento, e explicou a eles que os programas sociais brasileiros atendem, em boa parte, os objetivos perseguidos por essa rede mundial de proteção social.

– Esse foi o maior, o mais produtivo, o mais substancioso congresso da Rede Mundial de Renda Básica – disse Suplicy, que repercutiu a opinião dos fundadores da Bien, criada em 1986, na Bélgica.



Para Suplicy, esse foi o encontro mais produtivo sobre a questão